

HABEAS CORPUS Nº 514.789 - SP (2019/0165937-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO
ADVOGADO : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO - SP366341
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO VIEIRA DE ARRUDA FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de FRANCISCO VIEIRA DE ARRUDA FILHO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente responde pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que não estão presentes indícios da prática do crime e os requisitos para manter a constrição, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Por outro lado, a decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 38-40):

[...]. Indefiro a liminar requerida.

O paciente foi denunciado porque, em tese, em 17.05.2019, na cidade de Itapetininga, agindo em concurso com Igor Rodrigues da Silva, trazia consigo e transportava, para fins de tráfico, uma porção de crack, com peso líquido de 471,09g, e um microtubo contendo cocaína, com peso líquido de 0,3g, sem autorização e em desacordo com determinação legal e

regulamentar.

Segundo consta, policiais militares, em patrulhamento de rotina, avistaram o veículo Citroen C3, placas MZD-8189, ocupado pelo paciente e por Igor, dando ordem de parada, não sendo obedecido. Durante a perseguição, os acusados dispensaram um objeto pela janela, sendo posteriormente abordados. Em revista pessoal, nada de ilícito foi apreendido com eles. Em revista no automóvel, os agentes públicos encontraram uma porção de cocaína. Em seguida, retornando ao local em que o objeto foi dispensado pelos réus, localizaram o tijolo de crack.

A princípio, verifico a presença dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva.

A propósito, o i. magistrado a quo considerou a presença de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. Ademais, ponderou a necessidade de se resguardar a ordem pública, considerando a gravidade concreta do delito. Considerou, ainda, as circunstâncias do fato, diante da quantidade de drogas apreendidas em poder do paciente, concluindo pela insuficiência das medidas cautelares alternativas à prisão (fls. 49/50 – autos originais digitais).

Tratando-se de providência excepcional, a concessão de medida liminar somente se justifica na hipótese de flagrante ilegalidade, o que, até o presente momento, em vista das limitadas informações carreadas aos autos, não restou demonstrado de forma inequívoca.

Ademais, a apreensão de expressiva quantidade de entorpecentes, consistente em uma porção de "crack", com peso líquido de 471,09g, revela, nesta primeira análise, que as demais cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, podem ser inadequadas.

A despeito da primariedade do paciente, conforme entendimento pacificado no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, as condições pessoais favoráveis não têm o condão de garantir a concessão de liberdade provisória: [...] com o objetivo de verificar a legalidade e até mesmo a razoabilidade do ato apontado como ilegal, de rigor a análise de todas as circunstâncias do caso e suas peculiaridades. Assim sendo, prematura a apreciação da matéria em questão em esfera de cognição sumária. [...]

A decisão que decretou a prisão preventiva, assim dispôs (fls. 52/53):

[...]. O flagrante está formalmente em ordem, uma vez que, segundo consta dos autos, os indiciados foram presos durante a prática da infração (artigo 302, inciso I do C.P.P.), motivo pelo qual não há razão para o seu relaxamento (artigo 310, inciso I do Código de Processo Penal). Assim, passo à análise da necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva. Os indícios de autoria e materialidade estão estampados nos depoimentos das testemunhas e da vítima. **Os policiais confirmaram que os indiciados foram surpreendidos com quantidade considerável de entorpecente. A necessidade da manutenção da prisão também se mostra presente.** Com efeito, é cediço que a prática da traficância reveste-se de gravidade ímpar. Já que disceminador de outros crimes, tais como furto, roubo e outros crimes violentos. **Como se não bastasse, no caso enfoque, é**

possível concluir que os indiciados perpetram o tráfico como forma de subsistência. Os indiciados disseram que fazem uso esporádico de cocaína e maconha, ao passo que foram surpreendidos com quantidade considerável de crack. Assim, há verossimilhança de que os indiciados visavam praticar o tráfico mediante o comércio da droga para consumo de terceiros. A conclusão é possível ante a informação de que trabalham na lavoura e não possuem rendimentos condizentes com a quantidade de droga encontrada. **Assim, entendo necessária a custódia para a garantia da manutenção da ordem pública, evitando-se que os indiciados prossigam na prática do tráfico nesta localidade.** Ademais, ante as circunstâncias do caso, não reputo eficientes quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão. Desta feita, observadas as disposições do art. 312 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 12.403/11, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva, com fulcro no art. 310 do Código de Processo Penal, ressaltando, por ora, a inadequação das medidas cautelares diversas da prisão ante o acima exposto. [...]

Como se vê, consta na decisão de prisão fundamentação com esteio na gravidade concreta, da qual se constata a referência à quantidade de droga apreendida 471,09g de crack e 0,30g de cocaína (fl. 54), o que, neste juízo inicial, indica fundamento idôneo para a segregação.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

